PORTARIA Nº 85/2019-DGD/PAD/DIVERSAS, de 09/04/2019.

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 1.635 de 08.06.2015, que confere ao Diretor-Geral, atribuições para dirigir e coordenar os trabalhos do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA.

CONSIDERANDO o pedido de Reconsideração, sob o protocolo 2019/147368, formulado pelo servidor ELVIS NAZARENO DA SILVA MIRANDA, em que solicita conversão de suspensão (PORTARIA Nº 26/2019/CGD/PAD/DIVERSOS de 05/02/2019) para multa (§3º, art. 189, Lei Estadual nº 5.810/94), nos autos do Processo Disciplinar nº 2017/511004. CONSIDERANDO a manifestação jurídica exarada pela Corregedoria, através do Parecer nº 168/2019-Corregedoria, opinando pelo deferimento parcial do pedido.

R E S O L V E:

I – DEFERIR, em parte, o Pedido de Reconsideração, com as mesmas motivações expostas no Parecer nº 168/2019 CORREGEDORIA GERAL, para aplicação de suspensão de 30 dias, com afastamento, e converter o restante – 60 dias da pena – em multa de 50% por dia de remuneração, conforme §3º do art. 189 do Regime Jurídico Único. Devendo o servidor requerente permanecer em exercício durante o período restante.

II – DETERMINAR à Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP que ultime providências relacionadas ao registro em ficha funcional e adequação da multa prevista pelo art. 124, II da Lei 5.810/94.

JOÃO GUILHERME CAVALEIRO DE MACEDO

DIRETOR GERAL DO DETRAN/PA

PORTARIA Nº 86/2019-CGD/PAD/DIVERSAS, de 09/04/2019.

A Corregedoria Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, de 07.06.2017, publicada no Diário Oficial do Estado, em 22.06.2017, que delegou poderes ao Corregedor Chefe para aplicar sanções administrativas de repreensão e suspensão de até 30 (trinta) dias;

CONSIDERANDO o pedido, sob o protocolo 2019/126280, formulado pelo servidor RONIVALDO NASCIMENTO MACIEL, em que solicita conversão da suspensão (PORTARIA Nº 54/2019/CGD/SIND PUNITIVA - Proc 2018/431154 - de 13/03/2019) para multa (§3º, art. 189, Lei Estadual nº 5.810/94), nos autos do Processo Disciplinar nº 2018/431154. CONSIDERANDO a manifestação jurídica exarada pela Corregedoria, através do Parecer nº 01/2019-Corregedoria, opinando pelo deferimento do pedido.

R E S O L V E:

I – DEFERIR o pedido de conversão de pena de suspensão em multa, com as mesmas motivações expostas no Parecer nº 01/2019 CORREGEDORIA GERAL, na base de 50% por dia de remuneração, conforme §3º do art. 189 do Regime Jurídico Único. Devendo o servidor requerente permanecer em exercício durante o período.

II – DETERMINAR à Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP que ultime providências relacionadas ao registro em ficha funcional e adequação da multa prevista pelo art. 124, II da Lei 5.810/94.

MARLENILSON LUIZ PINHEIRO MIRANDA

Corregedor Chefe

Protocolo: 422741

OUTRAS MATÉRIAS**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CETRAN/PA – 2019**

Data: 28/02/19 (quinta-feira)- Horário: 15:00 h- Local: Plenário da SE-GUP

QUORUM PRESENTE:

- 01- Ualame Fialho Machado- Presidente do CETRAN/PA
- 02-Moisés Azevedo Campos, Conselheiro Suplente representante do DETRAN-PA
- 03-Ten Cel PM Erick Alexandre Martins Miranda, Conselheiro Suplente representante da PM
- 04-Nilo Sergio Franco Fiock dos Santos- Conselheiro Titular da SETRAN
- 05-Lilian Santana dos Santos- Conselheira Titular representante de Ananindeua
- 06-Jair Barata Guimarães, Cons.Titular representante do município de Marabá
- 07-Wender Morais Vicente- Cons. Suplente representante do município de Marabá
- 08-Markelly Jeany Monte de Carvalho- Conselheira Suplente do município de Santarém
- 09-Irani Renan Bertolini- Conselheiro Suplente do SINDICARPA
- 10-Maria Anita Pinheiro Rocha, Conselheira Titular representante do SIN-TRACARPA
- 11-Andresa da Cunha Mendes Chaves, Conselheira Titular da SETRANS-BEL
- 12-Marcelo de Abreu Guglielmi, Conselheiro Titular representante do SEST/SENAT

Convidados

- 01-Jandyr Ferreira de Araújo- Maj QOPM
 - 02-Gilberto Felipe Barbosa Júnior- Superintendente da SeMOB/Belém
- Às 15h030min, sendo constatado o “quórum” regimental de Conselheiros presentes no Plenário, o Presidente do Conselho, Ualame Fialho Machado, deu por iniciada a sessão cumprimentando e dando boas vindas aos Conselheiros(as) e demais participantes, e manifestando-se “DECLARAR ABERTO NESTA DATA OS TRABALHOS DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO passando em seguida ao primeiro item da reunião;

I PARTE – APROVAÇÃO DA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CETRAN/19, REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2019:

O Presidente colocou em discussão a referenciada Ata, e não havendo outros questionamentos, submeteu-a a julgamento, sendo aprovada por unanimidade dos membros do colegiado presentes no Plenário. Em seguida passou a palavra ao Secretário Executivo do CETRAN, Erick Alexandre Martins Miranda que passou a tratar sobre o segundo item da reunião;

II- PARTE – EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO

- 1) Ofício nº 18/2019-FOCOTRAN de 11 de fevereiro de 2019, onde o Presidente do FOCOTRAN, Horácio Mello e Cunha Santos, convida o Presidente do CETRAN para o X Encontro Nacional dos Conselhos de Trânsito, que se realizará nos dias 02 à 05 de abril de 2019 na cidade de Gaspar/SC.
- 2) Ofício nº 46/19-MP/PJM, de 12 de fevereiro de 2019, no qual a Promotora de Justiça de Muãã, Juliana Freitas dos Reis, solicita o agendamento de uma visita técnica do CETRAN para fins de municipalização do trânsito.
- 3) E-MAIL mpbonito@mppa.mp.br, de 25 de janeiro de 2019 da lavra da Promotora do município de Bonito, através do qual a Promotora de Justiça, Melina Alves Barbosa convida o Presidente do CETRAN para a Audiência Pública no Tribunal de Juri da Comarca de Bonito que terá como assunto: “A municipalização do Trânsito no município de Bonito/PA com a data retificada para o dia 07/03/2019.
- 4) E-MAIL clodoaldodpvat@gmail.com de 25 de fevereiro de 2019, no qual o Agente de Trânsito de Breu Branco, Clodoaldo de Sousa Santos, solicita uma visita pelo CETRAN ao DEMUT, a fim de promover uma inspeção técnica àquele órgão de trânsito.
- 5) E-MAIL elianarsrs@hotmail.com de 27 de fevereiro de 2019, onde a Agente de Operação e Fiscalização de Trânsito da CTTUC de Tucuruí/Pa, Eliana Ramos da Silva, solicita Parecer do CETRAN a cerca da Recomendação Ministerial MP/PAPJ-TUC.

III- PARTE – ORDEM DO DIA:

A-Apresentação dos Relatórios das participações nas reuniões e visitas técnicas em São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Curionópolis e Redenção:

O Conselheiro, Ten Cel PM Erick Miranda tratou da municipalização de trânsito onde ressaltou que por muitas vezes há uma cobrança indevida em relação ao DETRAN sobre esse processo de municipalização, sendo que essa é uma incumbência em um primeiro momento do CETRAN e só posteriormente vai ocorrer a ação do DETRAN nesse sentido. Que os artigos 8, 24 e 333 do CTB trazem a obrigatoriedade do município gerir o seu trânsito. Que o município direciona grande parte dos recursos para as demandas de saúde e de educação, mas no que se refere ao trânsito esse repasse acaba sendo menor, o que cria dificuldades para a formação de uma estrutura mínima do órgão de trânsito municipal. Que vários municípios paraenses que municipalizaram o trânsito tiveram um retorno no investimento em trânsito com a redução do número de leitos ocupados. Que há uma reclamação recorrente nos municípios com relação à presença do DETRAN já que a atuação da fiscalização do DETRAN nos municípios reduz o número de ocorrências policiais e de acidentes. Aduziu sobre a importância de que os valores oriundos das multas seja usado para efetivar a municipalização. Que o artigo 24 do CTB fala da competência do município no trânsito. Que a maioria das infrações nos municípios estão enquadradas na competência dfiscalização do DETRAN. Que a competência de fiscalização do trânsito deveria ser plena para todos os órgãos. Falou sobre o número de municípios municipalizados e dos que estão em processo de municipalização. Que a resolução 560/2015 do CONTRAN regulamenta a municipalização. Que no órgão municipal precisa haver uma estrutura mínima de engenharia de tráfego. Que a fiscalização tem de atuar conjuntamente com outros órgãos públicos e a sociedade civil organizada. Que o setor de estatística tem de trabalhar os dados do trânsito de forma qualitativa e não somente quantitativa. Que se verifica que os órgãos de trânsito municipais dão mais importância à fiscalização de trânsito e não prestigiam o trabalho de educação no trânsito. Falou sobre São Geraldo do Araguaia, município que foi visitado, ressaltando alguns dados de São Geraldo referente a frota de veículos destacando a alta inadimplência, dos impostos sobre veículos e enfatizando a perda de receita para estado e municípios. Que São Geraldo do Araguaia necessita da presença do DETRAN para atender a demanda de habilitação de condutores. Que a visita do CETRAN foi no intuito de verificar como se encontra a municipalização de São Geraldo. Falou sobre São Domingos do Araguaia e enfatizou os dados referentes à alta inadimplência de impostos sobre veículos. Que São Domingos do Araguaia já é municipalizado e não há CIRETRAN efetivamente, apenas formalmente constituída por Portaria. Falou sobre Curionópolis ressaltando os dados de alta inadimplência de impostos sobre veículos. Que Curionópolis já é municipalizado mas a estrutura é precária. Discorreu sobre Eldorado do Carajás relatando sobre dados da frota de veículos e enfatizando a alta inadimplência de impostos sobre veículos. Que Eldorado do Carajás não está municipalizado. Fez um relato sobre as dificuldades estruturais de todos os municípios visitados. O convidado Franklin Jorge da Silva dos Santos da PRF falou sobre a aproximação da PRF com os municípios e que já está em andamento um projeto piloto de convênio entre PRF e municípios no que se refere à cessão da rodovia federal para Marabá no trecho que passa na área urbana. O Conselheiro Ten Cel PM Erick Miranda aduziu que deve a haver a também a cessão da rodovia estadual para Marabá. O convidado Franklin Jorge da Silva dos Santos da PRF ressaltou a necessidade da integração entre os governos para otimizar a fiscalização de trânsito. O Ten Cel PM Erick Miranda tratou sobre os problemas da sinalização do município de São Geraldo do Araguaia. Que em São Domingos do Araguaia houve um trabalho conjunto entre Ministério Público, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Conselho Tutelar, entre outros órgãos, que resultou na melhoria das condições do trânsito no referido município. Que em São Geraldo do Araguaia falta o treinamento junto aos agentes de trânsito, por parte do DETRAN para o cadastro do auto de infração Que em São Geraldo do Araguaia falta